
BH Iluminação Pública S.A.

***Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



BH Iluminação Pública S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
BH Iluminação Pública S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BH Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BH Iluminação Pública S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



BH Iluminação Pública S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



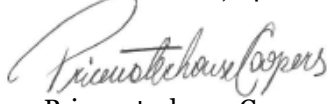
BH Iluminação Pública S.A.

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de março de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Decoded by
PricewaterhouseCoopers
Assinado por: GUILHERME CAMPOS E SILVA 71411489004
CPF: 71411489004
Hora de assinatura: 14 Março 2024 17:23 BRT
O: ICP-Brasil; CN: 00000102079108
C: BR
Email: AC: SERASA RFB v5

 **Guilherme Campos e Silva**
Contador CRC 1SP218254/O-1

Relatório da Administração

Companhia

A BH Iluminação Pública S.A. (“BHIP” ou “Companhia”) é a Concessionária de Iluminação Pública do município de Belo Horizonte. Ao todo, mais de 182 mil pontos de iluminação pública foram modernizados, utilizando luminárias com a tecnologia LED, que iluminam melhor, consomem menos energia elétrica e são três vezes mais duráveis que as lâmpadas convencionais.

A concessão, uma iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, foi estabelecida por meio de Parceria Público-Privada (PPP) e, atualmente, é referência no Brasil, considerando a dimensão do parque de iluminação pública, a velocidade de sua modernização e os padrões de qualidade definidos em contrato.

A BHIP foi responsável pela modernização e pela atual manutenção e expansão de todo o sistema de iluminação pública da cidade de Belo Horizonte.

Desempenho

Em 2023, a BHIP completou mais de seis anos de operação, em que concluiu toda a modernização do Parque de Iluminação Pública de Belo Horizonte, além de realizar a operação e manutenção de toda a infraestrutura desses ativos, sempre com foco na qualidade dos serviços prestados. A Companhia trabalha focada na melhoria contínua dos seus processos, por meio de investimentos e melhorias na gestão de pessoas, processos e sistemas, consolidados pela manutenção das certificações ISO 9001, 14001, 20000 e 27001.

Em 2023, a BHIP manteve o desempenho superior às metas contratuais, de acordo com os relatórios trimestrais emitidos pelo verificador independente do Contrato de Concessão.

Nos aspectos financeiros, o resultado no exercício de 2023 foi aderente ao Plano de Negócios, e mostrou um crescimento relevante do EBITDA e uma geração de caixa operacional robusta quando comparado aos anos anteriores.

Para o ano de 2024, a BHIP continuará trabalhando para atender com excelência aos indicadores operacionais, para que a cidade de Belo Horizonte continue a ser uma referência em iluminação pública de qualidade.

Receitas

A receita do ativo financeiro da concessão apresentou uma queda de 24% em relação ao ano de 2022, principalmente em razão da conclusão dos principais investimentos executados pela Companhia na modernização do Parque de Iluminação Pública de Belo Horizonte. Já as receitas relacionadas a operação e manutenção tiveram um aumento de 7% em relação ao ano de 2022, reflexo dos reajustes contratuais previstos. A Companhia auferiu pela primeira vez o Bônus sobre a Conta de Energia (BCE), relativo aos ciclos até 2023, conforme previsto no anexo 9 do contrato de concessão AJ 016/2016, decorrente do atendimento dos requisitos previsto no contrato. A manutenção destes requisitos, acarretarão na continuidade do recebimento para os próximos

DS
MM

DS
PS

DS
FB

exercícios.

EBITDA

Em 2023, a Companhia apresentou um EBITDA de R\$ 36 milhões, aumento de 30% em relação a 2022, representando assim um crescimento consistente no resultado operacional apurado. O resultado acompanha o: (i) crescimento das receitas de operação e manutenção geradas pelos reajustes contratuais previstos e recebimento do Bônus Anual sobre a Conta de Energia; e (ii) o impacto positivo da gestão de custos e despesas obtidos ao longo do ano.

Resultado financeiro

O resultado financeiro do exercício foi positivo em R\$ 1,8 milhões, reflexo das receitas que foram impactadas positivamente, principalmente pela robustez das disponibilidades de Caixa da Companhia ao longo do ano.

Lucro líquido

Em 2023, a BHIP apresentou lucro líquido de R\$ 28,5 milhões, um crescimento 48,5% em relação ao ano de 2022. Esse crescimento foi reflexo do aumento das receitas de operação e manutenção, pela eficaz gestão de custos e despesas e o resultado financeiro positivo. O resultado está em linha com o esperado e reflete a fase operacional da Companhia.

Conteúdo

Balancos patrimoniais	1
Demonstrações de resultados	3
Demonstrações de resultados abrangentes	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis	7

BH Iluminação Pública S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.125	22.120
Títulos e valores mobiliários	4	1.007	
Contas a receber	5	4.916	4.315
Ativo financeiro da concessão	6	7.372	15.630
Estoques	7	3.256	3.217
Tributos a recuperar		15	14
Outros ativos		110	211
Total do ativo circulante		26.801	45.507
Ativo não circulante			
Ativo financeiro da concessão	6	13.614	17.497
Títulos e valores mobiliários	4	183	1.198
Depósitos judiciais		12	12
Realizável a longo prazo		13.809	18.707
Imobilizado	8	1.352	1.717
Intangível	8	7.536	8.046
Direito de uso	9	677	1.154
Total do ativo não circulante		23.374	29.624
Total do ativo		50.175	75.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BH Iluminação Pública S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (continuação)
Em milhares de reais

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	2.562	10.271
Fornecedores e outras contas a pagar	11	2.815	2.534
Obrigações trabalhistas	12	1.307	1.220
Obrigações tributárias	12	472	421
IRPJ e CSLL	12	1.175	1.865
Contas a pagar - Partes relacionadas	13		32
Passivo de arrendamento	9	575	575
Outros passivos		8	
Total do passivo circulante		8.914	16.918
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10		2.519
Obrigações tributárias	12	252	147
IRPJ e CSLL	12	713	391
Passivo de arrendamento	9	195	691
Total do passivo não circulante		1.160	3.748
Patrimônio líquido			
Capital social	14.a	30.000	50.000
Reservas de lucros	14.b	10.101	4.465
Total do patrimônio líquido		40.101	54.465
Total do passivo e patrimônio líquido		50.175	75.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BH Iluminação Pública S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	15	60.299	51.430
Custo dos serviços prestados	16	(19.853)	(19.472)
Lucro bruto		40.446	31.958
Despesas gerais e administrativas	16	(5.933)	(5.775)
Despesas tributárias	-	(78)	(74)
Outras receitas e despesas líquidas	18	373	370
Resultado antes de receitas e despesas financeiras		34.808	26.479
Receitas financeiras	17	3.254	2.470
Despesas financeiras	17	(1.505)	(2.983)
Resultado financeiro, líquido	17	1.749	(513)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.557	25.966
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(8.020)	(6.749)
Lucro líquido do exercício		28.537	19.217
Lucro por ação (Em Reais)		0,057	0,038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BH Iluminação Pública S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	28.537	19.217
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente	<u>28.537</u>	<u>19.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS
MM

DS
PS

DS
FB

BH Iluminação Pública S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

		Reservas de Lucros				
	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros retidos	Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		50.000	957	1.161		52.118
Resultado do exercício					19.217	19.217
Constituição de reserva legal		14.b	961		(961)	
Dividendos mínimos obrigatórios		14.b			(4.564)	(4.564)
Dividendos adicionais		14.b		(1.161)	(11.145)	(12.306)
Destinação para reserva de lucros				2.547	(2.547)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		14.a 50.000	1.918	2.547		54.465
Redução de capital social		14.a (20.000)				(20.000)
Resultado do exercício		14.b			28.537	28.537
Constituição de reserva legal		14.b	1.427		(1.427)	
Dividendos mínimos pagos		14.b			(6.778)	(6.778)
Dividendos adicionais pagos		14.b			(16.123)	(16.123)
Destinação para reserva de lucros				4.209	(4.209)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		14.a 30.000	3.345	6.756		40.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BH Iluminação Pública S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		36.557	25.966
Ajustes para conciliar o resultado:			
Depreciação e amortização	8	1.118	1.162
Amortização direito de uso	9	477	459
Provisão para riscos	21		(57)
Outras provisões			67
Juros provisionados	10	1.212	2.661
Juros arrendamento mercantil	9	79	110
Baixa do ativo imobilizado e intangível		60	
		39.503	30.368
Redução/(aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber	5	(842)	(439)
Ativo financeiro da concessão	6	12.141	9.920
Estoques	7	(39)	890
Tributos a recuperar		(1)	70
Depósito judicial			(12)
Outras contas a receber		101	(33)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores e outras contas a pagar	11	281	(678)
Obrigações trabalhistas	12	87	22
Obrigações tributárias	12	156	(939)
Contas a pagar – Partes relacionadas	13	(32)	3
Outras		8	(9)
Caixa proveniente das atividades operacionais		51.363	39.163
Impostos pagos sobre o lucro	19	(8.388)	(6.937)
Juros pagos s/ empréstimos e financiamentos	10	(1.220)	(2.620)
Juros de arrendamentos pagos	9	(50)	(23)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		41.705	29.583
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(186)	(56)
Aquisição de intangível	8	(117)	(69)
Aplicações financeiras em títulos e valores imobiliários	4	8	2.181
Alienação de imobilizado	8	241	146
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento		(54)	2.202
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	10	(10.220)	(10.204)
Pagamento de arrendamentos	9	(525)	(530)
Dividendos pagos	14.b	(22.901)	(16.870)
Redução de capital social	14.b	(20.000)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(53.646)	(27.604)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(11.995)	4.181
No início do exercício		22.120	17.939
No final do exercício		10.125	22.120
Aumento(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(11.995)	4.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A BH Iluminação Pública S.A. (“Companhia”, “Concessionária” ou “BHIP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Padre João Pio, nº 169, Bairro São Francisco, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, constituída em 13 de abril de 2016 e com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) em 1º de junho de 2016, é uma sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, efficientização energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública, conforme estabelecido no Edital de Licitação nº 005/2016 e no Contrato de Concessão Administrativa nº AJ 016/2016 (“Contrato”), assinado em 13 de julho de 2016, entre a Prefeitura de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (“Poder Concedente”) e a Companhia.

O prazo da concessão é de 20 anos contados a partir da eficácia do Contrato, cabendo à BHIP, durante esse período, a prestação dos serviços relacionados à rede de Iluminação Pública de Belo Horizonte, conforme parâmetros estabelecidos no Contrato. A remuneração pelo Poder Concedente à BHIP pelos serviços prestados ocorre através do pagamento: (i) das contraprestações mensais; e (ii) do Aporte Público, dividido em cinco marcos contratuais referentes aos serviços de modernização. O pagamento dos valores devidos à Concessionária é realizado e assegurado por meio dos recursos provenientes da arrecadação da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CCIP. Durante o prazo do Contrato, ocorre a vinculação a favor da Concessionária dos recursos oriundos da CCIP, e os ativos de Iluminação Pública, de propriedade do Município, são cedidos à Concessionária, tendo a BHIP o direito a explorar e utilizar os ativos de acordo com as previsões contratuais. Ao término da Concessão, os ativos retornam para o Poder Concedente.

Em 21 de junho de 2017, as condições de eficácia do Contrato foram atendidas e a Companhia assumiu a prestação dos serviços de manutenção e operação da Rede Municipal de Iluminação Pública de Belo Horizonte. A execução dos serviços de modernização e efficientização tiveram início em outubro de 2017, e em outubro de 2018, agosto de 2019, janeiro de 2020, maio de 2020 e fevereiro de 2021, a Companhia recebeu do Poder Concedente, respectivamente, a aprovação do cumprimento do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º marcos contratuais, conforme previsto no cronograma de modernização do parque de Iluminação Pública. Até o final do exercício, a Companhia modernizou mais de 182 mil pontos de iluminação pública, além da realização da manutenção e operação desses ativos, atendendo aos indicadores operacionais contratuais previstos do sistema de mensuração de desempenho.

Em 2023, a BHIP completou mais de seis anos de operação, em que concluiu toda a modernização do Parque de Iluminação Pública de Belo Horizonte, além de realizar a operação e manutenção de toda a infraestrutura desses ativos, além de executar obras de ampliação previstas no Contrato, sempre com foco na qualidade dos serviços prestados. A Companhia trabalha focada na melhoria contínua dos seus processos, por meio de investimentos e melhorias na gestão de pessoas, processos e sistemas, consolidados pela manutenção das certificações ISO 9001, 14001, 20000 e 27001.

A Companhia revisou o plano de negócios e concluiu que, no momento, não existem variações que possam impactar as operações e/ou projeções futuras de fluxo de caixa. Caso ocorram alterações ou mudanças relevantes, a Companhia entende que a gestão de risco do projeto será suficiente para o gerenciamento dos eventuais impactos.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2024.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição, com previsão de início em 2025, com duração até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e a Companhia não obteve bases para estimar seus efeitos para 2025 em diante.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas adiante e vem sendo aplicadas de modo consistente, desde a sua entrada em operações.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contrato de concessão

A ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contrapartida de recebíveis.

As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são:

Receita de construção

Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização energética da rede de iluminação pública de Belo Horizonte. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública de Belo Horizonte. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação do percentual, previsto no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de investimento e às necessidades de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, e espera-se que sejam utilizados pela Companhia no intervalo de três meses ou menos.

(c) Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários abrangem as aplicações financeiras com as seguintes características: vencimento original de três meses ou mais, a partir da data da contratação; sujeitos a um risco significativo de alteração no valor justo; atender a compromissos de longo prazo ou não pode ser prontamente conversível em caixa.

(d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável, líquido dos impostos compensáveis, e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos de transporte.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil é estimada como segue:

Custo	Depreciação a.a. (%)
Veículos	20
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à realização das atividades da Companhia, reconhecidos no início de cada operação, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, também são submetidos às depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada e pelo método linear dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

(f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e é amortizada ao longo da vida útil-econômica e avaliada em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A vida útil é estimada como segue:

Custo	Amortização a.a. (%)
Software	20
Projetos e estudos	5

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tratamento específico relativo ao ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota Explicativa nº 8.

(g) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo, e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação.

(h) *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir e liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, nesses casos são classificados como passivo não circulante.

(i) *Contas a pagar aos fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Obrigações trabalhistas

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício e nas demonstrações contábeis.

De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

(k) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia é parte em processos judiciais, cuja estimativa de desembolso provável de recursos financeiros é provisionada de acordo com a estimativa de seus assessores jurídicos.

(l) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os títulos e valores mobiliários e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros ou passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a VJR, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como VJR. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA).

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo, do modelo de negócios, em que um ativo financeiro é mantido, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- (i) As políticas e objetivos estipulados e o funcionamento prático dessas políticas.
- (ii) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- (iii) Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- (iv) A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
- Mensuração subsequente e ganhos e perdas.
- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(l) Tributos correntes e diferidos

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- (i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.
- (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

(m) Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

- (i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- (i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- (ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- (iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- (iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou, também, em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

(i) *Arrendamentos*

A Companhia não consegue determinar a taxa de desconto implícita a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental do empréstimo do locatário é usada para calcular o valor presente das obrigações do arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre o empréstimo do locatário é a taxa de juros que o locatário teria que pagar ao captar fundos para a aquisição de um ativo semelhante ao ativo sob o arrendamento, por um prazo semelhante e com uma garantia semelhante e os recursos necessários para obter o ativo com valor semelhante ao ativo com direito de uso em ambiente econômico semelhante.

A obtenção dessa taxa envolve um alto grau de julgamento e oscila sobre o risco de crédito do locatário, o prazo do arrendamento, a natureza e qualidade das garantias oferecidas e o ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de cálculo da taxa usa preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais são feitos os ajustes necessários para encontrar a taxa de empréstimo incremental.

Adicionalmente, a Companhia utiliza os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos;
- exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e
- utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

(ii) *Vida útil dos bens do imobilizado e intangível*

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação, ou amortização, dos bens do imobilizado e do intangível no final de cada período de relatório.

(iii) *Provisões de contingências*

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

2.6 Novas normas e interpretações de normas avaliadas e implementadas nas demonstrações contábeis

Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- IFRS 17 – Contratos de seguro: em maio de 2017 o IASB emitiu a IFRS 17 em substituição a IFRS 4 – Contratos de seguro, com mudanças significativas nos princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. A referida norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Como requerido pela alteração, a Companhia aplicou em 2023 exceção a isenção de reconhecimento inicial a transações que dão origem a diferenças temporárias iguais ou compensatórias.

As alterações acima não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia

As mudanças nas IFRSs a seguir foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IFRS 16 - Responsabilidade de locação em uma venda e relocação: Em setembro de 2022, o IASB publicou alterações ao IFRS 16 que exigem que o vendedor-arrendatário determine pagamentos de arrendamento ou pagamentos de arrendamento revisados de modo que não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou perda reconhecido pelo vendedor-arrendatário em relação à rescisão parcial ou total de um arrendamento. Um vendedor-arrendatário aplica a alteração retrospectivamente de acordo com a IAS 8 Políticas, mudanças nas estimativas contábeis e erros nas transações de venda e relocação inseridas após a data da aplicação inicial (ou seja, desde o início do período de relatório anual o qual a entidade aplicou pela primeira vez a IFRS 16). As alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao IAS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores: Em maio de 2023, o IASB emitiu novos requisitos de divulgação, com o objetivo de dar maior transparência dos acordos de financiamento de fornecedores e os seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez das empresas. As alterações contemplam os requisitos já existentes em outras IFRSs e será necessário divulgar (i) termos e condições do acordo; (ii) montante dos passivos que compõem o acordo, discriminando os valores pagos aos fornecedores pelas instituições financeiras e onde está registrado no balanço; (iii) intervalos de datas de vencimento e; (iv) informações sobre risco de liquidez. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

A Companhia está avaliando as alterações e não espera impactos relevantes.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

	2023	2022
Caixa e bancos	2	23
Aplicações financeiras (a)	10.123	22.097
	10.125	22.120

- (a) As aplicações financeiras são compostas por CDBs, remunerados em média à taxa de 99,13% em 2023 e 100% em 2022 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e por Fundo de Investimento em Renda Fixa administrado pela Caixa Econômica Federal, com liquidez imediata, que teve como remuneração uma taxa média de 96% do CDI em 2023 e de 95% do CDI em 2022.

4 Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Título de capitalização (i)	183	192
Fundo de investimento em Renda Fixa (ii)	1.007	1.006
	1.190	1.198
	2023	2022
Curto prazo	1.007	
Longo prazo	183	1.198
	1.190	1.198

Os títulos e valores mobiliários são compostos por (i) um título de capitalização apresentado como garantia locatícia ao locador do imóvel da sede da Companhia, remunerado em 5,82% a.a. e mantido enquanto perdurar o contrato de locação e (ii) uma “Conta reserva para serviço da dívida” atrelada ao contrato de empréstimo firmado junto à instituição financeira e aplicado em fundo de investimento composto por títulos de renda fixa que teve como remuneração em 2023 uma taxa média de 96% e em 2022 de 92% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e deverá permanecer aplicado até o vencimento do contrato que ocorre no primeiro semestre de 2024.

5 Contas a receber

Os serviços a faturar são relativos aos serviços prestados até 31 de dezembro de 2023 e ainda não foram faturados. A Companhia não possui saldos a receber vencidos.

	2023	2022
Medições a receber	294	
Serviços a faturar	4.444	4.315
Cientes – Outras receitas	178	
	4.916	4.315

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O giro do saldo a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é curto e houve sua liquidação integral até a data da aprovação das demonstrações contábeis, não existindo a necessidade de *impairment* ou constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (conforme CPC 48) para esse ativo.

6 Ativo financeiro da concessão

Movimentação do ativo financeiro da concessão

	Ativo financeiro	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.047	
Constituição/Custo de construção	2.143	
Atualização do ativo	1.766	
Recebimento do ativo	(13.829)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.127	
Constituição/Custo de construção	1.727	
Atualização do ativo	1.262	
Recebimento do ativo	(15.130)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.986	
	2023	2022
Curto prazo	7.372	15.630
Longo prazo	13.614	17.497
	20.986	33.127

Projeção da realização do saldo longo prazo

	2023
2025	7.372
2026	6.242
	13.614

O saldo refere-se ao ativo contratual correspondente ao direito de receber recursos através de contraprestações mensais e aportes públicos estabelecidos no contrato de concessão de modernização da rede de iluminação pública de Belo Horizonte.

A Companhia adota a taxa de 4,65% a.a. para a remuneração do ativo em razão dos critérios de correção e ajustes da contraprestação e do aporte público previstos no contrato de concessão.

Atualmente não possui nenhum tipo de ativo vencido ou com possibilidade de perdas. A Administração da Companhia entende não possuir risco de perdas (*impairment*).

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Estoques

O valor dos estoques da Companhia é relativo aos insumos e materiais utilizados na modernização, operação e manutenção do objeto do contrato de concessão.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais a serem aplicados na prestação de serviços	<u>3.256</u>	<u>3.217</u>
	<u>3.256</u>	<u>3.217</u>

Durante o exercício de 2023, a Companhia avaliou seus estoques e entendeu não haver necessidade de constituição de provisão para perdas para redução ao valor recuperável ou obsolescência.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado e intangível

A seguir, segue a movimentação e composição do ativo imobilizado e intangível nos exercícios sociais comparados:

Imobilizado	31/12/2021		31/12/2022		31/12/2023	
Custo	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Veículos	3.546	(560)	2.986	119	(348)	2.757
Benfeitoria em imóveis de terceiros	334	25	359	25		384
Móveis e utensílios	427	(11)	427	2		429
Máquinas e equipamentos	58	(2)	66	6	(6)	66
Equipamentos de informática	423	(89)	344	34	(4)	374
Subtotal	4.788	(662)	4.182	186	(358)	4.010
Depreciação	31/12/2021		31/12/2022		31/12/2023	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Veículos	(1.783)	424	(1.791)	(335)	298	(1.828)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(83)		(150)	(84)		(234)
Móveis e utensílios	(173)	5	(210)	(37)		(247)
Máquinas e equipamentos	(13)	1	(18)	(7)		(25)
Equipamentos de informática	(336)	86	(296)	(28)		(324)
Subtotal	(2.388)	516	(2.465)	(491)	298	(2.658)
Total imobilizado, líquido	2.400	(146)	1.717	(305)	(60)	1.352

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Projetos e estudos (a)	10.930			10.930			10.930
Software	86	69		155	117	(55)	217
Subtotal	11.016	69		11.085	117	(55)	11.147
Amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Projetos e estudos (a)	(2.391)	(553)		(2.944)	(553)		(3.497)
Software	(79)	(16)		(95)	(74)	55	(114)
Subtotal	(2.470)	(569)		(3.039)	(627)	55	(3.611)
Total intangível, líquido	8.546	(500)		8.046	(510)		7.536

- (a) Para atender aos objetivos do edital de licitação PBH SMOBI nº 005/2016 e do plano de operacionalização da concessionária, a Companhia incorreu em gastos relacionados a estudos e projetos, sendo os principais referentes a:
- (i) Estudos sobre o parque de Iluminação Pública de BH realizados pela Empresa Brasileira de Projetos (EBP).
 - (ii) Estudos relacionados ao objeto da concessão à PBH Ativos S.A. referentes ao parque exclusivo para Iluminação Pública de BH.
 - (iii) Realização do Cadastro Georreferenciado do parque de Iluminação Pública de BH.
 - (iv) Confecção do Plano de Transição e Estratégico apresentado ao Poder Concedente para aprovação.
 - (v) Realização do Mapeamento da Rede Exclusiva de Iluminação Pública.
 - (vi) A amortização dos projetos e estudos iniciou em junho de 2017, mediante a ordem de serviço da concessão, e ocorrerá no prazo de 20 (vinte) anos, mesmo prazo da concessão.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Direito de uso – arrendamento mercantil

	2023	2022
Ativo		
Custo – Imóvel	2.158	2.158
Depreciação acumulada	(1.481)	(1.004)
	677	1.154

A seguir, segue a movimentação do direito de uso no exercício:

	2023	2022
Saldo inicial	1.154	1.443
Adições – Custo		170
Adições – Amortização	(477)	(459)
	677	1.154

Passivo - Arrendamento mercantil direito de uso

A seguir, segue a movimentação do passivo de arrendamento no exercício:

	2023	2022
Saldo inicial	1.266	1.538
Adições		170
Pagamento principal	(525)	(530)
Juros apropriados	79	110
Juros pagos	(50)	(22)
	770	1.266
	2023	2022
Curto prazo	575	575
Longo prazo	195	691
	770	1.266

A Companhia possui arrendamentos relativos a imóveis de uso na operação. Os passivos de arrendamento são garantidos pelos ativos subjacentes relacionados. Os pagamentos mínimos de curto e longo prazo das locações em 31 de dezembro de 2023 serão os seguintes:

Descritivo	Em 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pagamento da parcela principal	615	199	814
Custo financeiro da parcela	(40)	(4)	(44)
Total	575	195	770

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxa de desconto

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na média ponderada das captações de exercícios anteriores, junto às instituições financeiras. A taxa média utilizada foi de 7,85%.

Pagamentos de alugueis não reconhecidos como passivo

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixos valores. Os pagamentos efetuados sob tais arrendamentos são lançados ao resultado de forma linear e montaram R\$291 em 2023 e R\$227 em 2022.

10 Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Finame (a)		4
Cédula de Crédito Bancário - CCB (b)	2.562	12.786
	2.562	12.790
	2023	2022
Curto prazo	2.562	10.271
Longo prazo		2.519
	2.562	12.790

- (a) O Finame é referente ao financiamento de veículos utilizados na operação da Companhia, em que estes são a garantia do financiamento. Os contratos de Finame foram quitados no ano de 2023.
- (b) As CCBs são referentes aos financiamentos de longo prazo firmados com o Banco ABC e Banco Itaú para utilização dos recursos em investimentos e despesas da Companhia. O financiamento do ABC foi estruturado na modalidade Project Finance Non Recourse e as condições e garantias seguem os padrões usuais a esse tipo de operação. A BHIP atendeu todos os covenants contratuais aplicáveis dos contratos de financiamento e seus aditivos, não havendo covenants financeiros. A correção do contrato do Banco ABC é realizada pela variação do CDI acrescida de 3,25% a.a. e o do Itaú pela variação do CDI acrescida de 3,70% a.a.

A movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	12.790	22.953
Amortizações - Principal	(10.220)	(10.204)
Juros incorridos	1.212	2.661
Juros pagos	(1.220)	(2.620)
Saldo final	2.562	12.790

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores	1.716	2.433
Fornecedores – Partes relacionadas (Nota 13)	593	101
Fornecedores – Provisões	506	
	2.815	2.534
Faixa de vencimento:		
	2023	2022
Vencidos	18	
A vencer em até 30 dias	2.531	678
A vencer de 31 a 60 dias	257	968
A vencer de 61 a 90 dias	9	882
A vencer a mais de 90 dias		6
	2.815	2.534

A Administração avaliou e constatou que não existiu a necessidade de realização de Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre os valores que compõem o saldo de fornecedores.

12 Obrigações tributárias e trabalhistas

	2023	2022
Salários a pagar	365	400
INSS a pagar	142	101
FGTS a pagar	36	34
Provisão de férias	763	685
Outros	1	
Total das obrigações trabalhistas	1.307	1.220
Cofins a recolher (a)	472	376
PIS a recolher (a)	103	82
Impostos retidos a recolher	149	110
Total das obrigações tributárias	724	568
Total das obrigações trabalhistas e tributárias	2.031	1.788
Circulante	1.779	1.641
Não circulante (b)	252	147

- (a) Os tributos a pagar de PIS e Cofins são relativos à receita de serviços e receita do ativo financeiro da concessão e os pagamentos ocorrem quando do recebimento das receitas.
- (b) As obrigações tributárias de longo prazo são decorrentes de diferimento do recolhimento, que ocorreram no recebimento das receitas, conforme previsão legal.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Partes relacionadas

O saldo que a Companhia mantém em suas demonstrações contábeis referente às transações com partes relacionadas no final dos exercícios comparados foram de:

(a) Os saldos em aberto no final dos exercícios são compostos por:

Passivo circulante	2023	2022
Fornecedores		
Construtora REMO Ltda. (i)	132	78
Selt Engenharia Ltda. (ii)	461	23
	593	101
Compartilhamento de despesas		
Construtora Barbosa Mello S.A. (iii)		32
	593	32

- (i) Os valores são referentes à prestação dos serviços de manutenção e execução de obras de expansões da rede de iluminação pública.
- (ii) Os valores são referentes à prestação de serviços de instalações elétricas em obras de iluminação pública.
- (iii) Os valores são referentes ao compartilhamento de gastos com despesas de pessoal relativo às áreas de Administração de Pessoal, Contábil, Financeiro e Tecnologia da Informação e de gastos gerais administrativos.

(b) Os valores a custo e despesa são compostos por

Resultado	2023	2022
Custo dos serviços prestados com partes relacionadas	1.119	1.253
Construtora REMO Ltda.	163	492
Selt Engenharia Ltda.	956	761
Despesas gerais e administrativas com partes relacionadas	418	322
Construtora Barbosa de Mello S.A.	418	322
Total	1.537	1.575

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou aos administradores a título de pró-labore a quantia de R\$ 966 (R\$ 903 em 2022).

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social está totalmente integralizado, totalizando R\$ 30.000.000, representado por 500.000.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,06 cada. Em 2023, a Companhia reduziu o capital em R\$ 20.000.000, sem o cancelamento de ações, mediante a restituição aos acionistas, conforme deliberação da AGE de 25 de outubro de 2023. Em 2022, o capital era de R\$ 50.000.000, representado por 500.000.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,10 cada.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está representada conforme abaixo indicada:

Acionistas	Ações ordinárias	Participações %
BMPI Infra S.A.	195.000.000	39,00 %
Construtora Remo Ltda.	160.000.000	32,00 %
Selt Engenharia Ltda.	100.000.000	20,00 %
Construtora Barbosa Mello S.A.	45.000.000	9,00 %
Total	500.000.000	100,00%

(b) Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações de:

- (i) 5% para reserva legal, limitados a 20% do capital social.
- (ii) 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

No exercício social de 2023, foram distribuídos dividendos, conforme previsto no art. 24 do seu estatuto social, no valor de R\$ 22.901, deliberado na AGE realizada em 26 de dezembro de 2023, sendo R\$ 6.778 dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 16.123 dividendos adicionais. Em 2022, foram pagos dividendos no valor de R\$ 16.870.

As reservas de lucros da Companhia são compostas pela Reserva legal e pela Reserva de lucros retidos. O saldo dessas reservas em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 10.101 (R\$ R\$ 4.465 em 31 de dezembro de 2022).

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15	Receita operacional líquida	2023	2022
	Receita de operação e manutenção	55.513	52.095
	Desconto incondicional (i)	(2.783)	(2.605)
		52.730	49.490
	Receita do ativo financeiro da concessão	3.080	4.022
	Desconto incondicional (i)	(91)	(113)
		2.989	3.909
	Receita de bônus de conta de energia (ii)	7.223	
	Desconto incondicional (i)	(361)	
		6.862	
	COFINS	(1.876)	(1.603)
	PIS	(406)	(347)
	Vendas canceladas		(19)
		(2.282)	(1.969)
		60.299	51.430

- (i) Desconto concedido conforme Lei nº 9.145/2006 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- (ii) O anexo 9 do Contrato de Concessão AJ 016/2016 prevê um Bônus sobre Conta de Energia (BCE), que a concessionária terá direito se atendidos os requisitos previstos no contrato. Em 2023, a Companhia atendeu aos requisitos do item 3.2 do referido contrato, faturado e recebido no exercício.

16	Custos e despesas gerais e administrativas	2023	2022
	Materiais	(3.584)	(4.610)
	Serviços contratados	(6.682)	(5.639)
	Mão de obra e encargos	(10.681)	(9.893)
	Equipamentos (manutenção e locação)	(2.054)	(2.451)
	Depreciação e amortização	(1.595)	(1.621)
	Seguros	(526)	(480)
	Outros	(664)	(553)
	Total de custos e despesas gerais e administrativas	(25.786)	(25.247)
	Custo dos serviços prestados	(19.853)	(19.472)
	Despesas gerais e administrativas	(5.933)	(5.775)

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17	Resultado financeiro líquido		
		2023	2022
	Receitas financeiras		
	Rendimento de aplicação financeira	3.251	2.456
	Variação monetária	3	4
	Outras		10
	Total de receitas financeiras	3.254	2.470
	Despesas financeiras		
	Tarifas bancárias	(190)	(208)
	Juros s/ empréstimos e financiamentos	(1.212)	(2.661)
	Juros passivos	(4)	(4)
	Juros de arrendamento mercantil	(79)	(110)
	Outros	(20)	
	Total de despesas financeiras	(1.505)	(2.983)
	Resultado financeiro líquido	1.749	(513)
18	Outras receitas e despesas		
		2023	2022
	Outras receitas		
	Vinculada à concessão	1	23
	Venda de ativo permanente	412	472
	Outras	16	23
	Total de outras receitas	429	518
	Outras despesas		
	Obrigações contatuais	(3)	(2)
	Baixa de ativo permanente	(53)	(146)
		(56)	(148)
	Outras receitas e despesas, líquidas	373	370
19	Despesa de imposto de renda e contribuição social		

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base no lucro tributável pelo regime de competência. Os pagamentos ocorrem pelo regime de caixa, conforme legislação tributária. A seguir, a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social apurados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

BH Iluminação Pública S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Receita base de presunção (i)	62.581	53.399
Alíquota de presunção – Contrato de concessão de serviços públicos	32%	32%
Lucro presumido	<u>20.026</u>	<u>17.088</u>
Lucro presumido / Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>20.026</u>	<u>17.088</u>
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(6.809)	(5.810)
Adições permanentes		
Exclusões permanentes		
Outras receitas tributáveis	(1.235)	(963)
Outros	<u>24</u>	<u>24</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(8.020)</u>	<u>(6.749)</u>
Alíquota IR/CS efetiva %	22%	26%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.020)	(6.749)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		

(i) A Receita considerada como base de presunção é líquida dos descontos incondicionais.

20 Gestão de riscos e instrumentos financeiros**(a) Gestão de riscos financeiros*****Fatores de risco financeiro***

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas.

(b) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Indexador	Ativos financeiros	Passivos financeiros
CDI	Aplicações financeiras	-
CDI	-	Empréstimos e financiamentos

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2024, conforme detalhado abaixo:

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2024 (“cenário provável”) e a taxa efetiva verificada no ano de 2023, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2023 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2023. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2023 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2023	Taxa anual estimada para 2024	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável						
CDI	11.130		11,65%	9,00%	-2,65%	(295)
CDI + 3,25%		(2.436)	14,90%	12,25%	-2,65%	65
CDI + 3,70%		(126)	15,35%	12,70%	-2,65%	3
Cenário I						
CDI	11.130		11,65%	11,25%	-0,40%	(45)
CDI + 3,25%		(2.436)	14,90%	14,50%	-0,40%	10
CDI + 3,70%		(126)	15,35%	14,95%	-0,40%	1
Cenário II						
CDI	11.130		11,65%	13,50%	1,85%	206
CDI + 3,25%		(2.436)	14,90%	16,75%	1,85%	(45)
CDI + 3,70%		(126)	15,35%	17,20%	1,85%	(2)
			7,44%	11,06%	3,61%	

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Valor contábil	Total	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores e outras contas a pagar	2.534	(2.534)	(2.534)		
Empréstimos e financiamentos	12.790	(13.848)	(11.273)	(2.575)	
Passivo de arrendamento	1.266	(1.389)	(575)	(575)	(239)
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores e outras contas a pagar	2.815	(2.815)	(2.815)		
Empréstimos e financiamentos	2.562	(2.562)	(2.562)		
Passivo de arrendamento	770	(814)	(615)	(199)	

(c) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, passivos de arrendamentos e empréstimos e financiamentos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

	Classificação CPC 48	2023	2022
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	10.125	22.120
Título de capitalização	Valor justo por meio do resultado	183	192
Fundo de investimento em Renda Fixa	Custo amortizado	1.007	1.006
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4.916	4.315
Ativo financeiro da concessão	Custo amortizado	20.986	33.127
Outras contas a receber	Custo amortizado	110	211
Passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	2.815	2.534
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.562	12.790
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	770	1.266

(d) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos.

Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo.

(e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	2.562	12.790
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	10.125	22.120
Títulos e valores mobiliários	1.190	1.198
Dívida líquida	(8.753)	(10.528)
Total do patrimônio líquido	40.101	54.465
Total do capital	31.348	43.937
Índice de alavancagem financeira - %	(28%)	(24%)

(f) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

21 Contingências passivas

A Companhia é parte em outros processos arbitrais e judiciais, para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda dos processos vigentes como possível. O montante do processo com desembolso de risco possível, de natureza cível em 2023 é de R\$ 1.592 e o mesmo processo foi objeto de reconvenção ativa, no valor de R\$ 1.362. Não há causas com risco de desembolso provável. A Companhia em 2022, apurou contingência de natureza cível com risco possível de desembolso no montante de R\$ 1.070 e a reconvenção, do mesmo processo, no valor de R\$ 895. Nenhum processo com risco de perda provável..

22 Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de longo prazo da concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficientização energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública conforme Contrato de Concessão nº AJ 016/2016.

BH Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Seguro garantia da concessão	10/07/2024	28.560
Risco de engenharia e obras civis	12/01/2025	8.000
Perdas indenizáveis fixadas por sentenças judiciais	01/06/2024	7.000
Seguro de frotas (automóveis e caminhões)	29/11/2024	1.274
Seguro de frotas (motocicletas)	28/09/2024	129
Seguro empresarial e Riscos Nomeados	12/01/2024	20.000
Responsabilidade civil padronizada	12/01/2024	10.000

* * *

DocuSigned by:
Marcelo Martins Menegatto
FB4452EDF9E2419...
Marcelo Martins Menegatto
Diretor-presidente

DocuSigned by:
Pedro Silva
89B9595530D04B0...
Pedro Henrique Santos Silva
Diretor administrativo-financeiro

DocuSigned by:
Farley Botelho
F121D101834344B...
Farley Vasconcelos Botelho
Contador CRCMG 84.315/O-8

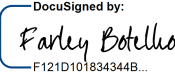
Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 88BFDEDEF0664C659CAF3C18D40417E8		Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: BHILUMINACAO31122023dfs.pdf		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 42	Assinaturas: 3	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 6	Rubrica: 108	Camila Rezende Gomes
Assinatura guiada: Ativado		Rua Paraiba, nº 1124
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		Belo Horizonte/MG, MG 30130-145
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		camila.gomes@cbmsa.com.br
		Endereço IP: 186.248.174.162

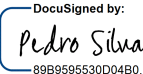
Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Camila Rezende Gomes	Local: DocuSign
16 de abril de 2024 13:23	camila.gomes@cbmsa.com.br	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
-----------------------	------------	-------------------------

Farley Botelho farley.botelho@cbmsa.com.br Construtora Barbosa Mello S/A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  F121D101834344B... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 186.248.174.162	Enviado: 16 de abril de 2024 14:04 Visualizado: 16 de abril de 2024 14:09 Assinado: 16 de abril de 2024 14:14
---	--	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 08 de abril de 2020 | 18:36
ID: 55a38b97-bcda-4869-a222-cd3bb8c98455

Pedro Silva pedro.silva@bhip.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  89B9595530D04B0... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.16.195.97	Enviado: 16 de abril de 2024 14:14 Visualizado: 16 de abril de 2024 14:14 Assinado: 16 de abril de 2024 14:23
---	--	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 16 de abril de 2024 | 14:14
ID: cc0ab390-137d-4dfb-a409-a7fbafbf482

Marcelo Martins Menegatto marcelo.menegatto@bhip.com.br BH Iluminação Pública SA Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  FB4452EDF9E2419... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.16.195.97	Enviado: 16 de abril de 2024 14:23 Visualizado: 16 de abril de 2024 14:30 Assinado: 16 de abril de 2024 14:31
---	--	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 16 de abril de 2024 | 14:30
ID: 5f782603-d3ff-487f-be72-5826bd1d4afe

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	16 de abril de 2024 14:04
Entrega certificada	Segurança verificada	16 de abril de 2024 14:30
Assinatura concluída	Segurança verificada	16 de abril de 2024 14:31
Concluído	Segurança verificada	16 de abril de 2024 14:31
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Construtora Barbosa Mello S/A poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Construtora Barbosa Mello S/A:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: rnepomuceno@cbmsa.com.br

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: Construtora Barbosa Mello S/A

Para informar seu novo endereço de e-mail a Construtora Barbosa Mello S/A:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço rnepomuceno@cbmsa.com.br e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Construtora Barbosa Mello S/A:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para rnepomuceno@cbmsa.com.br e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Construtora Barbosa Mello S/A:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para rnepomuceno@cbmsa.com.br e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Construtora Barbosa Mello S/A conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Construtora Barbosa Mello S/A durante o curso do meu relacionamento com você.